

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA: DESAFIOS E POTENCIALIDADES PARA UM ENSINO DEMOCRÁTICO**

Adriana Freitas da Silva<sup>1</sup>

José Fabio Bezerra da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** Partindo do pressuposto que o momento de pandemia mundial enfrentado na atualidade afetou as formas de viver e pensar dos indivíduos e ressignificou suas interações sociais e emocionais, o presente artigo tem como objetivo refletir como essas mudanças foram recebidas na instituição escolar e como o processo de inclusão foi trabalhado nesses espaços. Assumindo assim, que a educação inclusiva é extremamente necessária para que a democratização escolar se concretize de forma significativa e que acolha e proporcione aos educandos uma boa qualidade no ensino. Sobre as práticas metodológicas a pesquisa tem como eixo norteador a revisão bibliográfica acerca do tema aqui proposto. Nesse sentido, tomando como base a discussão fundamentada se verificou que mediante a essa nova realidade a escola e os seus sujeitos e agentes promotores da educação vivenciam um momento de reformulação de suas práticas, necessitando ressignificar as formas de ensinar e aprender. Dessa maneira, a inclusão nas instituições de ensino é indispensável para fornecer e cumprir as demandas legais que preveem uma educação igualitária, de qualidade e de acesso todos os sujeitos. Assim, para que a inclusão se efetive de fato e esses indivíduos vivenciem essa realidade é necessário medidas que objetivem uma adaptação da estrutura física e capacitação de professores para atender esse público.

**Palavras-chave:** Educação, Ensino e aprendizagem; Inclusão; Sociedade contemporânea.

---

<sup>1</sup> (SILVA, A. F.) Mestranda em ciência da Educação WUE. Pós-graduada em psicopedagogia pela FIP. Possui Licenciatura em Geografia pela Universal Estadual da Paraíba-UEPB. Possui Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú -UVA. Professora atuante nos anos finais do ensino fundamental a nível municipal e Tutora das disciplinas Atividade Formativa III e IV e Fundamentos da Ação Pedagógica no curso de Pedagogia na Faculdade Sucesso FACSU. Interessa-se pela área de geografia. (adriana\_100dias@hotmail.com).

<sup>2</sup> (SILVA, J. F. B.) Mestrando em ciência da educação - WUE. Pós-graduando em Educação Ambiental pela Faculdade Sucesso- FACSU. Possui Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba- UEPB. Professor atuante nos anos finais do Ensino Fundamental a nível municipal e Tutor da disciplina Educação Ambiental e Cidadania do curso de Pedagogia na Faculdade Sucesso- FACSU. Interessa-se pelas áreas de Geografia física, Ensino de Geografia e apeteço a área das tecnologias de informação e comunicação- TICs. E-mail: (josefabiouepb@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é caracterizada pela intensa produção de bens comercializáveis e pelo fluxo constante de novas tecnologias de informação e comunicação que são idealizadas para suprirem as demandas de uma população que almeja o novo, o rápido e o acessível.

Esses mesmos sujeitos vivenciam um período de pandemia mundial provocado pela disseminação e contaminação do Coronavírus (COVID-19), tal realidade modificou as maneiras de conviver, a interação entre as pessoas, as formas de enxergar o outro e também as formas de aprender e ensinar nas instituições educacionais.

No Brasil, as escolas sofreram uma interrupção abrupta nos seus processos educativos e exigiram que os seus profissionais buscassem maneiras de ensinar e aprender que permitissem aos aprendentes a continuar a tendo acesso a uma boa educação.

Nesse sentido, as novas tecnologias forneceram alternativas valiosas para dar continuidade a esse ensino, os professores de maneira emergencial necessitaram aperfeiçoar suas práticas através do uso de gravações de vídeos, aplicativos de reuniões on-line e principalmente as redes sociais.

A educação inclusiva é de extrema necessidade para contribuir com a democratização do ensino, pois quando bem efetiva proporciona uma educação de qualidade para os sujeitos que dela desfrutam e colaboram para o cumprimento dos dispositivos legais que garantem o acesso a todos a educação.

Entende-se que a aquisição de conhecimento pode ser adquirida no ambiente escolar institucionalizada, no seio familiar e também na esfera social. As pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais são amparadas por leis e políticas públicas que asseguram o seu acesso ao ensino regular.

Pois tais documentos institui-se que é dever do estado e da família auxiliar na formação de cidadãos críticos, autônomos e reflexivos e que possam contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por conseguinte, a presente narrativa tem como eixo norteador e objetivo primeiro refletir sobre os processos de ressignificação educacional mediante o período pandêmico, bem como analisar o processo de inclusão nesses espaços destacando seus desafios e potencialidades nesse momento.

No que diz respeito a metodologia utilizada, a priori será realizada uma revisão de literatura tendo como procedimento a sondagem, fichamento e análise de livros, dissertações e artigos que abordem a temática aqui exposta e que dialoguem com autores que contribuam para fundamentar essa discussão.

Diante disto, os desafios e possibilidades na educação inclusiva serão analisadas através do olhar de autores tais como Mantoan (2003) e Bueno (1993) que discorrem sobre esse tema a partir de um olhar inovador e reflexivo.

## **1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM DIREITO DE TODOS**

A educação pode ser entendida de maneira geral como um processo contínuo e individual que é inerente a condição humana, se constituindo no decorrer do tempo como um direito amparado por normativas nacionais e internacionais que preveem a formação de um indivíduo capacitado para a vida em sociedade.

No Brasil, o reconhecimento legal de que a educação é dever da família e do Estado está na Constituição Federal de 1998:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. BRASIL (1988)

Dessa forma, o direito a educação deve ser assegurado a todos aqueles que a busquem, tendo como objetivo o respeito à dignidade humana. Assim, refletir sobre os direitos a equidade, contemplando a igualdade de humanização e relação social é de extrema urgência para a sociedade contemporânea.

Para que a sociedade de modo geral se torne cada dia menos preconceituosa e excludente, se foi estabelecido e realizadas conferências que normatizem a inclusão de pessoas com necessidades especiais físicas ou mentais. Além de grupos sociais que estiveram à margem da história e sociedade e que foram por anos negligenciados.

A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro. (MANTOAN, 2003, p. 51).

Nesse sentido, o conceito de inclusão está intimamente ligado a discussões e debates sobre igualdade, direito e respeito do que é diferente. A instituição escolar e os seus educandos não são de forma alguma homogêneas, mas apresentam multiculturas e vivências que devem ser respeitadas e acolhidas em sua essência.

Assim sendo, uma educação dignamente inclusiva está pautada em características como tolerância, respeito, solidariedade e especialmente a equidade. Pois de acordo com a Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área de Necessidades Educativas Especiais (1994), a escola deve acomodar em seus espaços todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e linguísticas.

Diante desse contexto de pandemia, esse ensino enfrentou ainda mais desafios do que comumente já apresenta. Os profissionais da educação se depararam com a necessidade de se adaptarem a outras formas de ensinar através de ferramentas pouco conhecidas por eles.

O processo de inclusão desses alunos requereu ainda mais a participação da família nesse processo, estabelecendo um diálogo constante sobre as práticas de ensinar e aprender.

Buscando definir o que seria essa modalidade de ensino, o Ministério da Educação, através das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, esclarece que:

Tradicionalmente, a educação especial tem sido concebida apenas ao atendimento de alunos que apresentam deficiências (mental, visual, auditiva, físico-motoras e múltiplas); condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, bem como de alunos que apresentam altas habilidades/superdotação. Hoje (...) a ação da educação especial amplia-se, passando a abranger (...) dificuldades de aprendizagem relacionadas à (...) dificuldades cognitivas, psicomotoras e de comportamento (...) como (...) a dislexia e disfunções correlatas; problemas de atenção, perceptivos, emocionais, de memória,

cognitivos, psicolingüísticos, psicomotores, de comportamento; e ainda fatores ecológicos e socioeconômicos, como as privações de caráter sociocultural e nutricional (BRASIL, 2001, p. 43-44).

Dentro desse contexto se constata que são múltiplas diversidades e especificidades que requerem um olhar mais especializado e sensível no que diz respeito as práticas de aprendizagem. Os procedimentos e técnicas metodológicas utilizadas anteriormente já eram em muitas das vezes aplicadas de forma genérica, e que se intensificaram no ensino remoto.

No entanto, inúmeros desafios perpassam essa narrativa e são encarados rotineiramente, seja em aulas presenciais ou remotas. Os estereótipos necessitam serem desmistificados e velhos paradigmas revistos nas escolas. Além disso o desrespeito às normas institucionais e o preconceito aos indivíduos e ao conceito de inclusão interferem e reduzem a eficácia do ensino e aprendizagem desses alunos.

Esses desafios não estão presentes apenas nas escolas, mais no convívio familiar e social, podendo resultar em problemas emocionais como a não aceitação de si próprio e isolamento dos demais indivíduos, quando ele é inserido no espaço escolar é dever e ofício da Educação inclusiva detectar esses comportamentos e trabalhar e desenvolver estratégias para reverter esses efeitos.

Tal fato, é digno de reflexão pois esses alunos necessitam de um atendimento individualizado e que possa ser acompanhado de forma mais específica, para que possa haver a garantia de um ensino de qualidade e não apenas meros paliativos.

Segundo Mantoan (2003), a inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças. A escola deve ser um espaço, no qual se atenda a todas as diversidades, uma vez que as pessoas são diferentes entre si e cada uma apresenta sua individualidade e singularidade, ao longo da vida escolar essas diferenças serão evidenciadas, uma vez que uma sobressairá sobre a outra em determinada área, e assim sucessivamente. Por isso, todas as diferenças devem ser respeitadas, e devem ser levadas em consideração no processo ensino-aprendizagem, bem como no contexto de convívio social.

Dessa forma, para que se tenha uma inclusão é preciso superar inúmeros desafios. E o principal deles é a urgência de profissionais capacitados e que saibam lidar de forma adequada com esses educandos, objetivando contribuir no processo de aprendizagem de forma positiva e satisfatória.

A Educação Especial tem cumprido na sociedade duplo papel, o de complementaridade da educação regular, atendendo de um lado a democratização do ensino, na medida em que responde as necessidades de parcela da população que não consegue usufruir dos processos regulares do ensino; do outro, responde ao processo de segregação legitimando a ação seletiva da escola regular (BUENO, 1993, p.23).

De acordo com esse autor o sistema educacional deve promover a inclusão no ensino regular de pessoas com deficiência ou algum transtorno de aprendizagem, participando ativamente da sociedade e mercado de trabalho. Sendo os professores profissionais indispensáveis nesse processo.

O docente deve estar preparado para receber e desenvolver as habilidades desse público em sala de aula, pois é de fundamental importância que as reformulações de cunho pedagógico contemplem essas subjetividades. Pois se torna inviável a construção de bases teóricas ou políticas públicas de inclusão escolar e se na realidade não se concretiza de forma adequada.

Na formação de professores de educação especial, essa ambiguidade manifesta-se, por exemplo, na forma como as políticas públicas consideram essa questão. Também fica evidente, na construção do saber e, do saber fazer, desses futuros docentes, pois os currículos de sua formação inicial privilegiam, predominantemente, a especificidade do trabalho com determinados alunos “especiais” por que apresentam incapacidades físicas, e/ou mentais, e/ou sensoriais, e/ou adaptativas”. Tal como constata (BUENO 1993, p. 70).

Segundo discorre o autor o sistema educacional como um todo deve oferecer formações continuadas para que acha a preparação desse profissional. Aplicando e esclarecendo as leis e normativas que protegem esses sujeitos e preveem a sua inserção na rede básica de estudos, pois “a preparação de todo o pessoal que constitui a educação, como fator chave para a promoção e progresso das escolas inclusivas” (DECLARAÇÃO SALAMANCA, 1994 p. 27).

Nesse sentido, os processos de ensino e aprendizagem devem estar condizentes com a realidade dos educandos, se adaptando e se ajustando na medida que se faz necessário. As atividades propostas devem ser pensadas para que todos, sem exceção, possam ser realizadas e os métodos escolhidos pelos professores devam subsidiar a

independência desse alunado.

As adaptações curriculares apoiam-se em pressupostos pedagógicos para melhor poder atender às necessidades educacionais dos alunos, respeitando suas características em geral e suas especificidades em particular. A escolha de um método mais acessível à aprendizagem da criança, a utilização de um texto ilustrado, introduzindo atividades complementares para reforçar, apoiar e/ou ativar o processo educativo, de modo a facilitar a apropriação do conhecimento, faz-se necessário para orientar a tomada de decisão do aluno (HANSEL, ZYCH, GODOY, 2014, p.77).

Desse modo o olhar sensível do professor para detectar esses ajustes são valiosos para fornecer um ensino condizente e significativo para essa parcela de discentes que devem ter suas particularidades ressignificadas.

Quando esse processo de inclusão é realizado de forma satisfatória, tal prática reflete fora dos muros das escolas, chegando até a sociedade de modo geral. Esse conhecimento produzido e adquirido em sala de aula deve estar pautado no diálogo contínuo entre professor e aluno.

A valorização desses sujeitos e o empoderamento de sua identidade e limitação física, mental ou na aprendizagem é de suma importância para o entendimento dos seus direitos e cidadania.

A inclusão social, (...), é um processo que contribui para a construção de novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físico a (espaços internos e externos), equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais (SASSAKI, 1999, p.42).

Portanto, o processo de inclusão através da educação especial deve ir além da sala de aula, transformando espaços e mentalidades acerca da necessidade inerente ao respeito a condição humana. Onde independentemente das limitações físicas ou mentais, o ser humano enquanto cidadão de direito tem reconhecido o valor de usufruir de uma educação democrática de boa qualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto nessa narrativa, compreende-se que a educação é marcada por intensos processos de ressignificações e reformulações que se tornam mais evidentes em períodos de grave crise social, política ou mundial.

Por conseguinte, a pandemia provocada pelo Covid 19 trouxe mudanças emergenciais a realidade escolar. Fato esse que exigiu dos professores e toda equipe pedagógica novas maneiras de ensinar e dos alunos novos meios de aprender.

O processo de inclusão de alunos com deficiência física ou mental já era evidenciado bem antes desse momento, mas se tornou ainda mais necessário nesse período devido ao afastamento e impedimento das aulas presenciais e a implantação do ensino remoto e posteriormente o híbrido.

A família foi e ainda é parte importante desse processo, sendo responsável por garantir que esses indivíduos continuem tendo acesso a uma educação de qualidade. Os professores devem estar atentos à essas subjetividades e através de formação continuada buscar estratégias para tornar um ensino mais acessível.

Desse modo, a educação inclusiva é extremamente necessária para assegurar o direito dos sujeitos a ter acesso a educação de qualidade, promovendo não apenas a democratização do ensino, mas a verdadeira e significativa inserção desses educandos no espaço escolar e na sociedade como um todo.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.
- BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.
- BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: integração/ segregação do aluno diferente**. São Paulo: Educ, 1993.
- HANSEL, Ana Flávia; ZYCH, Anizia Costa e GODOY, Mirian Adalgisa Bedim. **Fundamentos da Educação Inclusiva**. Gráfica Unicentro. Paraná, 2014.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- SASSAKI, R.K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1999.